

Questão Discursiva 05121

Um grande contingente da população brasileira é portador de algum tipo de deficiência física. Na tentativa de integrar essa parcela da população, a Teoria Constitucional tem ampliado o sentido da Igualdade Liberal, do século XVIII, integrando diversos grupos sociais em políticas públicas conhecidas como Discriminação Positiva. Um dos pontos-chaves das políticas públicas, destinadas aos portadores de deficiência física, é garantir-lhes acessibilidade para que possam sair de suas casas e serem produtivos, tanto para si quanto para a sociedade. Nesse sentido, a Constituição Brasileira de 1988 alberga um conjunto de ações afirmativas que, longe de serem paternalistas, estão em sintonia com a necessidade de construção de uma sociedade livre, justa e solidária (art. 3º, I, CRFB/88).

a) Diante desse contexto, explique a dimensão teórica em que se insere o Princípio constitucional da Isonomia, nos tempos atuais, e indique duas ações afirmativas que dão vazão à necessidade de inclusão social dos portadores de deficiência física, localizando-as no texto constitucional brasileiro de 1988.

b) No caso de edifício público, pertencente a uma das Secretarias Municipais, que não tenha rampas de acesso ao cadeirante, explique o remédio constitucional a ser interposto, judicialmente, para garantir acesso do deficiente ao prédio público, bem como o órgão judicial competente para processar e julgar a ação e a razão da escolha de tal remédio.